

**AJES - INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO VALE DO JURUENA  
CURSO: LICENCIATURA EM LETRAS, COM HABILITAÇÃO PORTUGUÊS E  
INGLÊS E RESPECTIVAS LITERATURAS**

**SÍNDROME DE DOWN: UMA ANÁLISE DA INCLUSÃO SOCIAL MEDIANTE O  
CENSO DEMOGRÁFICO E ESCOLAR 2010.**

**Autora: Debora Missio do Nascimento**

**Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dra. Nádie Christina Ferreira Machado Spence**

**JUÍNA/2016**

**AJES - INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO VALE DO JURUENA  
CURSO: LICENCIATURA EM LETRAS, COM HABILITAÇÃO PORTUGUÊS E  
INGLÊS E RESPECTIVAS LITERATURAS**

**SÍNDROME DE DOWN: UMA ANÁLISE DA INCLUSÃO SOCIAL MEDIANTE O  
CENSO DEMOGRÁFICO E ESCOLAR 2010.**

**Autora: Debora Missio do Nascimento**

**Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dra. Nádie Christina Ferreira Machado Spence**

*“Trabalho apresentado como exigência parcial para a obtenção do título de licenciatura em Letras, com habilitação Português e Inglês e respectivas Literaturas a AJES-Instituto Superior de Educação do Vale do Juruena”.*

**JUÍNA/2016**

**AJES - INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO VALE DO JURUENA  
CURSO: LICENCIATURA EM LETRAS, COM HABILITAÇÃO PORTUGUÊS E  
INGLÊS E RESPECTIVAS LITERATURAS**

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Profa. Ma. Chayene Hackbarth**

---

**Profa. Ma. Marina Silveira Lopes**

---

**Orientadora**

**Profa. Dra. Nádie Christina Ferreira Machado Spence**

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a compreensão dos meus pais e amigos pela minha ausência em muitas ocasiões, aos meus professores que me acompanharam nessa jornada me estimulando, incentivando e ensinando o caminho correto: Sônia Oliveira, Ana Leticia de Oliveira, Denise Peralta Lemes, Helena Bruno, Chaeny Silva, Cláudio Silveira Maia, Marina Silveira Lopes, Chayene Hackbarth, Larissa Marchi, Tatiane Ferreira Garcia, Salatiel Blanco, Márcia Lino, Wagner Smerman, Cida Villwock, Mileide Terres e Kátia Fraitag.

Agradeço em especial a minha professora orientadora Profa. Dra. Nádie Christina Ferreira Machado Spence, que com sua paciência e cuidado me orientou durante esses meses finais para a conclusão deste trabalho e finalização da faculdade.

## DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho em primeiro lugar a Deus, pois foi Ele o principal responsável por me dar forças e me manter de pé nas horas difíceis, ao meu pai Ivan Cesar do Nascimento e minha mãe Elaine Maria Missio do Nascimento, a minha irmã Denise Missio do Nascimento, ao meu sobrinho Enzo Jacob do Nascimento Freisleben, a minha namorada e a minha grande mestre e amiga Aline Fernanda Ventura Sávio Leite, pois foram eles que me apoiaram e me deram suporte para finalizar essa faculdade com sucesso.

*In memoriam* de meu avô José Missio, que sei que de onde ele está, estará torcendo pelo meu sucesso.

*“Não basta estimular, é preciso amar. Não basta amar, é preciso acreditar. Não basta acreditar, é preciso realmente aceitar e, só então os progressos virão no tempo possível”.*

*(Josie Conti)*

## RESUMO

A inclusão é um dos temas mais discutidos na educação atualmente e embora já seja ampara na legislação para que seja realizada com qualidade, na pratica diária ainda encontra dificuldades. Incluir não é apenas inserir a pessoa com deficiência em diversos locais, a verdadeira inclusão vai muito além disso. Não basta colocar a pessoa com deficiência dentro da sala de aula, é preciso fazer que ela interaja com os outros colegas. A Síndrome de Down é causada pela presença de três cromossomos 21 em todas ou na maior parte das células de um indivíduo. A inclusão é necessária para que diminua os preconceitos existentes com as pessoas com deficiência e os integre em um ambiente cognitivo, social e afetivo que é a instituição escolar. A inclusão ocorre por etapas, começa com a exclusão, passa para a segregação, integração e posteriormente chega a fase de inclusão. Uma pessoa com deficiência precisa de estimulação precoce para se desenvolver melhor na escola e na vida social. Nesse processo de inclusão a escola, os profissionais da educação devem se qualificar cada vez mais para conseguir atender esses novos alunos. Os pais e escola devem trabalhar juntos nesse processo de inclusão, uma ação em conjunta quando o interesse é o mesmo de ambas as partes, a possibilidade de se concretizar com mais efetividade é maior. Diante do exposto para obter dados numéricos sobre inclusão optou-se por realizar uma pesquisa bibliográfica fazendo uma revisão da literatura existente sobre o tema e complementar as informações com dados retirados através do Censo Escolar e Censo Demográfico, produzidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), que mostram números sobre quantas pessoas com deficiência intelectual/mental são residente no Brasil, no estado de Mato Grosso e no município de Juína, qual o local de moradia, se esta na zona rural ou na zona urbana do estado e do município.

**Palavras-Chave:** Deficiência Mental. Inclusão. Rede Regular de Ensino.

## ABSTRACT

Inclusion is one of the most discussed topics in education today, and although it is already in the legislation bolsters to be held with quality in daily practice still faces difficulties. Include is not just inserted the disabled in various locations, the real inclusion goes far beyond that. Do not just put the disabled person in the classroom, we need to make it interact with other colleagues. Down syndrome is by caused the presence of three chromosome 21 in all or most cells of an individual. Inclusion is necessary to diminish existing prejudices with people with disabilities and integrate them into the cognitive, social and emotional environment that is the educational institution. The addition is by steps, starting with the exclusion passes to segregation, integration and subsequently reaches the screening phase. A disabled person needs early stimulation to develop better in school and social life. In this process of inclusion school, education professionals must qualify increasingly able to meet these new students. Parents and school must work together in this process of inclusion, one in joint action when the interest is the same on both sides, the ability to achieve more effectiveness is greater. Given the above to obtain figures on inclusion was decided to conduct a literature search by reviewing the existing literature on the subject and complement the information with data taken by the School Census and Population Census, by produced the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) , which show figures on how many people with intellectual / mental disabilities are resident in Brazil, in the state of Mato Grosso and in the city of Juina, Which the place of residence, if it in rural or urban area of the city and state.

**Keywords:** Mental Retardation. Inclusion. Regular Education Network.

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1 - Distribuição da população, incluindo as pessoas com deficiência intelectual segundo a região e o gênero, Brasil (2010).....</b>	<b>30</b>
<b>Tabela 2 - Distribuição da população, incluindo as pessoas com deficiência intelectual segundo a região e o gênero, Mato Grosso (2010).....</b>	<b>31</b>
<b>Tabela 3 - Distribuição da população, incluindo as pessoas com deficiência intelectual segundo a região e o gênero, Juína- MT (2010).....</b>	<b>32</b>

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1 - Número de Matrículas na Educação Especial por Rede de Ensino – Brasil – 2007-1013 .....</b>	<b>33</b>
---	-----------

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>2 OS PRINCIPAIS MARCOS HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA.....</b>	<b>13</b>
<b>3 AS PESSOAS COM SÍNDROME DE DOWN E A IMPORTÂNCIA DA ESTIMULAÇÃO PRECOCE .....</b>	<b>19</b>
<b>4 INCLUSÃO DE PESSOAS COM SÍNDROME DE DOWN NA REDE REGULAR DE ENSINO.....</b>	<b>24</b>
<b>5 METODOLOGIA .....</b>	<b>29</b>
<b>6 DADOS PARA ANÁLISE DO IBGE: CENSO DEMOGRÁFICO 2010 E CENSO ESCOLAR 2010.....</b>	<b>30</b>
<b>7 CONCLUSÃO .....</b>	<b>35</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>37</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Ao longo dos anos de 1989 até os dias atuais a Educação Especial no Brasil vem passando por transformações, tendo como objetivo principal incluir pessoas com necessidades educacionais especiais nas escolas. Trabalhar com crianças especiais em sala de aula é um grande desafio para todos os profissionais envolvidos, pois é uma atenção diferenciada que eles necessitam e nem todos os profissionais possuem uma formação adequada para trabalhar com estes alunos.

Estas pessoas devem contar com uma estimulação precoce para que desenvolvam suas habilidades, uma vez que, seu desenvolvimento pode ser mais lento. Vivenciamos uma realidade em que a inclusão de crianças especiais é um desafio para a escola, tanto na acessibilidade, corpo de profissionais, número exacerbado de alunos em sala, formação acadêmica que as vezes negligencia uma preparação satisfatória sobre o assunto, a falta de materiais que poderiam ser usados como estratégias de ensino, dentre outros.

Incluir uma criança com necessidades especiais na educação não é um processo fácil, pois é necessário ter profissionais capacitados para trabalhar com essa criança. Caso o professor não saiba lecionar com um aluno especial em sala, o trabalho de incluir acaba se tornando uma exclusão, pois ele não irá conseguir inserir o aluno no contexto com os demais alunos.

Se não houver o respeito mútuo dos alunos, dos professores e de toda comunidade escolar, a inclusão não acontece. Sem respeito a inclusão se torna inacessível, o que pode acarretar em uma criança desestimulada a continuar frequentando a vida escolar.

Tendo em vista os fatos apresentados, problematizam-se neste trabalho as seguintes perguntas: Quais são os principais marcos históricos da Educação Especial? O que é Síndrome de Down? Qual a importância da inclusão desses alunos em um ambiente de ensino regular?

Esta pesquisa possui o objetivo geral de entender a importância da inclusão de pessoas com Síndrome de Down na rede regular de ensino norteando-se nos seguintes objetivos específicos: a) Apresentar os principais marcos históricos da Educação Especial e Inclusiva; b) Relatar o conceito de Síndrome de Down e a

importância da estimulação precoce; e c) Descrever como a pessoa com Síndrome de Down pode se tornar um ser humano atuante na sociedade.

A justificativa desse trabalho é de mostrar a importância de incluir pessoas com Síndrome de Down nas escolas, destacar dados sobre a inclusão de pessoas com deficiência intelectual/mental no Brasil, em Mato Grosso e no município de Juína.

Uma das maiores discussões atualmente é sobre inclusão social e quando se pensa em incluir não é apenas inserir pessoas de classes diferentes, raça, cor, como também a inclusão de pessoas com necessidades especiais. A escola é o local mais apropriado para se trabalhar com a inclusão.

É na escola que todas as crianças com Síndrome de Down começam a se socializar com as demais crianças normais, o docente deve colocar esse aluno para trabalhar com os colegas de sala, e vice-versa, pois assim ocorre a inclusão. Essa inclusão na escola não é apenas dentro de sala de aula, mas sim em todos os ambientes escolares, seja na cantina ou no pátio. Sendo assim, todos os profissionais da educação devem procurar conhecimentos sobre como lidar com uma criança com Síndrome de Down no âmbito escolar.

Para responder as questões apontadas nesta pesquisa optou-se por utilizar a metodologia de caráter bibliográfico. Realizou-se uma revisão da literatura existente sobre o tema por meio de busca em sites, livros, leis e fichamentos dos livros. Os principais autores que embasaram essa pesquisa foram: VOIVODIC, 2013; CARVALHO, 2004 e RAGAZZI, 2010.

Sendo assim, o trabalho possui a seguinte estrutura: no primeiro capítulo apresenta-se a introdução do tema, no segundo os principais marcos históricos da Educação Especial e Inclusiva, no terceiro capítulo o conceito de pessoas com Síndrome de Down e a importância da estimulação precoce, na sequência a inclusão de pessoas com Síndrome de Down na rede regular de ensino, no quinto a metodologia, no sexto capítulo mostra-se dados para análise do Censo Demográfico e Censo Escolar de 2010 e para finalizar apresenta-se o sétimo capítulo a conclusão.

## **2 OS PRINCIPAIS MARCOS HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA**

A Educação Especial durante o seu percurso histórico foi marcada pelas mais variadas nomenclaturas como Pedagogia de Anormais, Pedagogia Teratológica, Pedagogia Curativa ou Terapêutica, Pedagogia da Assistência Social, Pedagogia Emendativa. Atualmente os termos ainda não são utilizados de forma correta (MAZZOTTA, 2011).

A Educação Especial passou por vários nomes até ser definido qual seria o nome correto para ser usado. Diante das palavras de MAZZOTTA (2011), pode-se notar que os nomes usados no início possuam a palavra pedagogia, pois o termo usado significa o estudo do desenvolvimento do ser humano no seu processo evolutivo.

A primeira fase que caracteriza a Educação Especial é a da exclusão. A fase da exclusão ocorre quando as pessoas com deficiências físicas ou mentais ficavam mantidos fora da sociedade, fora da educação escolar, ficavam sempre em casa ou em asilos para eles. Na Idade Média quase não havia registros de pessoas com anormalidades, mas em Esparta havia missas para aperfeiçoar o corpo, sendo assim os indivíduos que tinham alguma deficiência não eram considerados humanos e isso era usado como justificativa para abandonar e sacrificar essas pessoas (PESSOTTI, 1984).

Antes que ocorra a inclusão, as pessoas com deficiências passam por um momento delicado que é a exclusão perante a sociedade. Neste período, eles eram mantidos fora da comunidade em geral, ou seja, essas pessoas não possuíam conhecimento fora de casa, apenas as famílias sabiam de sua existência.

Na Idade Antiga as pessoas com deficiências físicas eram mortas assim que nasciam e se sobrevivessem, as tribos davam um jeito de sumir com essas crianças. Mesmo ainda depois de escapar das tribos, se as pessoas com deficiência permanecessem vivas eram deixadas de lado. Porém, precisamos destacar que não eram todas as tribos que matavam os deficientes, algumas delas deixavam a pessoa sobreviver e as mesmas eram vistas como um enviado pelos Deuses que iriam ajudar na comunidade (RAGAZZI, 2010).

Após o rompimento entre a Igreja e o Estado começa a surgir instituições de ensino para pessoas com deficiência na segunda metade do século XVIII. Essas primeiras escolas apenas acolhiam crianças cegas e surdas, e usavam a internação como uma forma de curar essas pessoas. Já que eram internados, esses indivíduos passavam por tratamento médico e eram usados como instrumentos de pesquisas sobre o grau de cuidado que cada um precisava (BUENO, 2004).

Um dos grandes nomes no percurso histórico da Educação Especial é Charles M. Eppée, responsável por abrir a primeira escola especializada no atendimento de surdos-mudos em Paris em 1770. A escola especializada de Eppée tinha como objetivo complementar o alfabeto manual e também auxiliar aos surdos-mudos a identificar objetos que não conseguiam decifrar pelos sentidos. Outro fundador que se destaca é Valentin Haüy, que em Paris no ano 1784 fundou o *Institute Nationale des Jeunes Aveugles*<sup>1</sup>. Nessa época, Haüy fazia uso das letras em relevo para ensinar aos cegos. Não era caracterizado apenas como asilo, mas tinha a preocupação de ensinar os cegos a lerem, e assim o Instituto obteve reações positivas e seu marco iniciou com um sucesso enorme (MAZZOTTA, 2011).

A partir de 1817 que as pessoas com deficiência tiveram benefícios, pois nessa época surgiram muitas instituições para cegos, surdos e retardados mentais, mas, deixando de lado as pessoas com deficiência física que após décadas tiveram acesso à escola.

Em 1819 o francês Charles Barbier, traz a ideia que o processo de escrita não precisaria ter o uso da luz. O termo luz é usado por Barbier, no período de visita ao Instituto Nacional dos Jovens Cegos, seria que, quando estivessem em um campo de batalha conseguissem transmitir uma mensagem durante a noite sem o uso de iluminação artificial e assim os inimigos não conseguiram ver o que estavam fazendo e não despertava a atenção dos inimigos (MAZZOTTA, 2011).

O aluno Louis Braille adaptou a ideia de Barbier que havia sido nomeada como sonografia e depois chamada de braille. Este método de leitura e escrita é utilizado até os dias atuais, pois para as pessoas com deficiência visual é o método eficiente para que eles possam realizar suas leituras em livros, revistas, jornais e também conseguem escrever textos.

---

<sup>1</sup>Institute Nationale des Jeunes Aveugles é um Instituto Nacional para Jovens Cegos (MAZZOTTA, 2011).

Segundo Mazzotta (2011), as células em *braille* usam um espaço de aproximadamente 6 milímetros entre as linhas. Para as pessoas com deficiência visual, essas letras em *braille* ou letras em relevo torna-se possível aprender além do alfabeto, a matemática, símbolos químicos e notas musicais.

A Educação Especial obteve uma grande educadora, que desenvolveu um programa para trabalhar com crianças com deficiências mentais. Essa docente é Maria Montessori<sup>2</sup> que destaca a autoeducação fazendo uso de diversos materiais lúdicos (MAZZOTTA, 2011). O método criado por Maria Montessori ficou conhecido como Método Montessoriano, no qual o educador não é visto como personagem central no processo de aprendizagem, atuando como um observador e facilitador dos ensinamentos (GOMES, 2006).

Edouard Séguin foi uma fonte de construção para o método criado por Maria Montessori, outro autor que também influenciou Montessori em sua teoria, foi Jean Itard, que criou as primeiras experiências em educar uma criança com aproximadamente 12 anos de idade e a partir dessas experiências ele contava relatos sobre a vida de Victor, esses relatos eram sobre uma criação e educação de uma criança selvagem. Maria Montessori ficou encantada com os relatos e resolveu copiá-los a mão, para melhor análise sobre eles (PESSOTTI, 1984).

Em 1837 a instituição *Ohio School for the Blind*<sup>3</sup> teve o apoio do Estado e assim alertou a comunidade em geral que o Estado deveria ter o comprometimento em levar a educação para as pessoas com necessidades especiais independente da sua deficiência. Foi após o ano de 1850 que as pessoas com deficiência física tiveram acesso a escola, o fato só aconteceu depois dos surgimentos das escolas para as pessoas com deficiência mental. Nesta época surge também por meio de movimentos realizados por pais de deficientes mentais a *New York State Cerebral Palsy Association*<sup>4</sup>. Nessa associação os pais eram responsáveis pela arrecadação de fundos para realizarem as pesquisas. Este movimento instigou o governo a obter

---

<sup>2</sup>Maria Montessori (1870-1952) nasceu em Chiaravalle no norte da Itália. É considerada a médica que valorizou o aluno. Ela foi a primeira mulher a se formar em medicina no seu país, pioneira no ramo pedagógico ao dar ênfase na autoeducação. Graduada em pedagogia, antropologia e psicologia. REVISTA NOVA ESCOLA. Maria Montessori. A médica que valorizou o aluno. Edição Especial. São Paulo: Julho, 2008. Editora Abril

<sup>3</sup>Ohio School for the Blind é uma escola para cegos, que foi a responsável por fazer despertar no Estado a obrigação de fornecer educação aos deficientes (MAZZOTTA, 2011).

<sup>4</sup>Association é na tradução para o português significa associação, ou seja, uma reunião legal entre pessoas que possuem um mesmo objetivo e querem alcançar um resultado positivo (MAZZOTTA, 2011).

recursos para ofertar cursos e treinamentos de aperfeiçoamento para as pessoas em geral (MAZZOTTA, 2011).

Antes deste movimento, os deficientes eram chamados de retardados mentais treináveis estes eram barrados de entrar nas escolas. Para mudar essa realidade, os pais foram até a *National<sup>5</sup> Association for Retarded Children* (NARC), assim a NARC influenciou muitos países, sendo a fonte de inspiração para a criação da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) no Brasil (MAZZOTA, 2011).

No início do século XIX, o Brasil organizou atendimentos para as pessoas com necessidades visuais, auditivos, necessidades mentais e físicas, tendo como modelo os acontecimentos reais ocorridos nos Estados Unidos da América do Norte e da Europa. Esses acontecimentos ocorridos nos EUA e Europa foram as inclusões de pessoas com deficiências nas escolas, a partir da criação de institutos especializados.

Antes que ocorra a verdadeira inclusão passa-se por algumas fases, e uma delas é a fase que se chama segregação<sup>6</sup> da educação de deficiente, da educação dos excepcionais ou educação especiais na década de 1950 e nas décadas iniciais de 1960. Em meados de 1970 surge a fase da integração. A integração pode ser vista como uma ação seletiva, pois afirma que é o aluno especial que precisa se adaptar a normalidade, e quando essa adaptação não acontece, esse aluno é passado para as salas com atendimento especializado (MAZZOTTA, 2011).

Diante do exposto a partir da segunda metade da década de 1980 nasce a fase da inclusão em que a escola deve-se adaptar para incluir o aluno sendo esta fase respaldada pela nossa Carta Magna a Constituição Federal de 1988 em seu artigo 205<sup>o</sup> que estabelece que a educação é um direito de todos e a família e Estado deve incentivar os indivíduos a irem à escola, promovendo assim o desenvolvimento intelectual, a qualificação para o mercado de trabalho e se tornar um cidadão atuante na sociedade em que vive (BRASIL, CONSTITUIÇÃO FEDERAL 1988).

---

<sup>5</sup>National traduzida para o português significa nacional, algo criando dentro de uma nação (MAZZOTTA, 2011).

<sup>6</sup>Segregação é o termo usado para dizer: separação, por de lado, isolar. Essa separação é de origem religiosa, fatores biológicos como: a cor da pele, raça, e também para pessoas portadoras de deficiência (MAZZOTTA, 2011).

Assim a inclusão é garantida no artigo 205º no qual a Constituição Federal de 1988 afirma que a educação deverá ser ministrada levando em consideração os princípios de igualdade, de condições e acesso à escola e, por conseguinte no artigo 208º traz o dever do Estado em oferecer e garantir o atendimento educacional especializado as pessoas com deficiência preferencialmente na rede regular de ensino (BRASIL, CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988).

A inclusão não é um processo rápido e fácil de concretizar, mas com calma e paciência é possível obter resultados positivos. Para que essa inclusão realmente aconteça é preciso envolver o acesso e a permanência de pessoas com Necessidades Especiais, mas apenas a legislação não garante uma inclusão com igualdade. Para que este aluno esteja realmente envolvido e incluído faz se necessário que os professores estejam aptos a atender as especificidades de cada aluno (ALMEIDA, et al., 2011).

A inclusão não significa apenas inserir o ser humano com Necessidades Especiais em determinados locais, a verdadeira inclusão vai muito além desse significado. Incluir não é apenas colocar uma criança dentro de uma sala de aula, mas sim fazer com que ela se socialize com os demais colegas e que possa trocar e construir informações e saberes.

A inclusão é pautada na incorporação da criança tendo como base um olhar diferenciado, pois a inclusão é perceber ou reconhecer qual a dificuldade desse aluno especial, já a integração está associada às características dessa pessoa com necessidades especiais (BUENO, 2004).

Para que a inclusão seja realizada, necessita-se de mudanças nos padrões sociais para que ocorra realmente uma educação de qualidade para todos. A inclusão não ocorre seguindo o ensino tradicional, pois a escola tradicional não possui adaptações no sistema que possam garantir que o professor trabalhe mais abertamente com o aluno especial (VOIVODIC, 2013).

No ensino tradicional, o professor é quem detém todo conhecimento, porém sabe-se que essa escola não se adapta a novos sistemas de educação, e quando se inclui um aluno com de necessidades especiais, deve-se haver o diálogo entre professor e aluno e vice-versa. Essa troca de informações entre educador e educando é muito importante.

A escola inclusiva tem como objetivo trabalhar uma educação para todos, mas para isso acontecer, a escola precisa se adaptar estruturalmente para atender a demanda de alunos. Quando diz estruturalmente não é apenas no aspecto físico do ambiente, mas também preparar profissionais para trabalhar com as crianças que precisam dessa inclusão.

Na escola inclusiva não é apenas o professor que está em sala que precisa saber como trabalhar com as pessoas com necessidades especiais, mas todos que estão no âmbito escolar, pois o indivíduo com necessidades educacionais especiais não vai ficar somente dentro da sala, esse aluno vai sair para tomar água, ir ao banheiro, sendo assim todos os profissionais da escola devem estar aptos a trabalhar nessa escola inclusiva (MITTLER, 2003).

Para que de fato ocorra a inclusão de pessoas com deficiências na escola, os profissionais que nela atuam devem buscar conhecimento de como trabalhar com essas crianças quando elas chegam à instituição de ensino. Para essa melhor qualificação curricular o governo oferece cursos de aperfeiçoamento profissional possibilitando assim que todos os profissionais da educação se capacitem cada vez mais na sua profissão.

### 3 AS PESSOAS COM SÍNDROME DE DOWN E A IMPORTÂNCIA DA ESTIMULAÇÃO PRECOCE

A Síndrome de Down é causada pela presença de três cromossomos 21 em todas ou na maior parte das células de um indivíduo. Isso ocorre na hora da concepção de uma criança. As pessoas com Síndrome de Down, ou trissomia do cromossomo 21, têm 47 cromossomos em suas células em vez de 46 compostas em um ser humano (VARELLA, 2013).

O nome da Síndrome deve-se a definição feita por Langdon Down<sup>7</sup> em 1866 o qual observou que havia nítidas semelhanças fisionômicas entre certas crianças com atraso mental. Estas crianças que tinham as aparências semelhantes foram denominadas de mongoloides, para o médico os mongóis eram considerados seres inferiores (MOTTA, 2005).

Segundo Varella (2013), a Síndrome de Down era conhecida como mongolismo, termo que atualmente não pode ser mais usado. As pessoas com a essa Síndrome possuem olhos que parecem com os olhos dos orientais, a língua é a protusa, ou seja, mais saliente, o formato da cabeça na parte de trás é achatada, eles possuem apenas uma linha na palma da mão e deficiência de aprendizado.

As crianças, os jovens e os adultos com Síndrome de Down podem ter algumas características semelhantes e estarem sujeitos a uma maior incidência de doenças, mas apresentam personalidades e características diferentes e únicas. Alguns pais se preocupam e se culpam por seu filho (a) ter nascido com Síndrome de Down, porém estes pais não tem o poder de evitar a situação uma vez que são alterações genéticas.

As pessoas com Síndrome de Down possuem características próprias. Eles não possuem um padrão de estereótipo<sup>8</sup> iguais em todos, pois eles possuem comportamentos e níveis diferentes de desenvolvimento. O desenvolvimento de uma pessoa com Síndrome de Down não se restringe apenas a alteração dos cromossomos e sim da estimulação e do local em que estão inseridos.

---

<sup>7</sup>Langdon Down médico britânico que fez um trabalho extenso com portadores de deficiência mental, atribuindo as crianças amáveis e amigas. Surgindo assim o nome de Síndrome de Down (MOTTA, 2005).

<sup>8</sup>Estereótipo é característica de pessoas que possuem o mesmo comportamento, mesma ou parecida aparência, caracterizando a qual grupo pertence (VOIVODIC, 2013).

O desenvolvimento de uma pessoa com Síndrome de Down é mais lento que de um ser humano que não possui a síndrome, por exemplo, a criança será capaz de desenvolver as habilidades como: sentar, andar, ficar em pé, reconhecer pessoas, só que no tempo dela. Por isso é necessário não haver comparações entre o desenvolvimento de uma pessoa com síndrome e de uma pessoa que não possui, a família deve acompanhar esse indivíduo estimulando-o.

O bebê com Síndrome de Down possui um sorriso curto e com pouca intensidade, possui certa lentidão. O contato com os olhos começam mais tarde, no período entre quatro e cinco meses é quando o contato visual é mais intenso. A criança pode perceber a vocalização da mãe desde os primeiros meses de vida e assim se adapta a ela (VOIVODIC, 2013).

Seguindo as palavras de Voivodic (2013), pode-se notar que as crianças com Síndrome de Down conseguem reconhecer o ambiente em que estão vivendo pelo olhar, mesmo com o desenvolvimento mais lento ele consegue se localizar na comunidade em que vive e a sua fala é um pouco tardia, mas com atenção as crianças entendem o que estão falando para ela.

Os indivíduos com Síndrome de Down possuem déficit de memória e de atenção, os familiares e profissionais que estão em convívio direto com essa criança, devem estimulá-la e com isso, ajudar estes indivíduos a superarem essas dificuldades (VOIVODIC, 2013).

O modo como a criança brinca é uma forma de perceber o seu desenvolvimento, as pessoas com Síndrome de Down podem se desenvolver por meio de brincadeiras lúdicas, mas para que esse desenvolvimento realmente aconteça, as brincadeiras devem acompanhar o desenvolvimento mental e social da criança.

Sabe-se que as pessoas com Síndrome de Down passam por diversas dificuldades ao longo de sua vida, mas eles podem sim superar todas e conquistar cada vez mais seu espaço na sociedade, é claro que essa superação vem conforme suas limitações, portanto, a escola regular é um ambiente favorável para que este indivíduo construa suas ideias e conviva em grupo interagindo e enfrentando novos desafios e descobertas (FONTINELI, 2010).

Faz-se necessário que a família fique atenta quanto a estimulação precoce

de pessoas com Síndrome de Down. A expressão estimulação precoce é derivada da tradução dos termos em espanhol *estimulación temprana* ou *estimulación precoz* ou do inglês *early stimulation* ou *early intervention*. A estimulação precoce pode ser considerada como um pacote de atividades lúdicas e recursos ambientais que possam provocar a curiosidades da criança e proporcionar experiências que marcam seu processo evolutivo (BRASIL, MEC 1995, p.11).

Cabe à família iniciar o processo de estimulação precoce desde os primeiros meses de vida para que este indivíduo, enquanto futuro aluno possa ingressar na rede regular de ensino tendo suas habilidades estimuladas e trabalhadas desde pequeno (VOIVODIC, 2013).

A estimulação bem realizada nos anos iniciais da vida é decisiva para o desenvolvimento, para adquirir habilidades em diferentes aspectos, como sua comunicação, sua atenção e suas habilidades motoras. Com brincadeiras lúdicas a criança sempre aprenderá mais, pois é com as brincadeiras que a sua atenção é mais chamada.

É essencial auxiliar a criança com síndrome desde muito cedo, para desenvolver os interesses e habilidades necessárias para a realização de uma variedade de atividades físicas e recreativas, como jogar bola, nadar e acompanhar ritmos musicais com o movimento.

O profissional que auxiliará a família na estimulação como o Terapeuta Ocupacional ou o Fisioterapeuta deverá trabalhar com sessões diferentes, pois assim elas não se acostumam com o ambiente, com a metodologia e conseqüentemente não param de frequentar essa estimulação.

O trabalho realizado pelos profissionais que auxiliam a família deve ser feito em sessões semanais, diferenciando os horários devido a idade dos pacientes. Esses horários podem variar de vinte minutos até quatro horas diárias. A partir do desenvolvimento das crianças as atividades e o tempo devem ser aumentados, para que estimule cada vez mais o desenvolvimento do paciente (BRASIL, MEC 1995).

A família também deve procurar a ajuda de fonoaudiólogos, psicólogos, psicopedagogos para auxiliar neste processo de estimulação precoce. Segundo MATTOS (2010) “a estimulação precoce possui um papel primordial, pois é baseada em exercícios que visam o desenvolvimento de acordo com a fase em que a criança

se encontra”. Sendo assim, quando se estimula uma pessoa com Síndrome de Down desde os primeiros anos de vida, a socialização, o aprendizado e o desenvolvimento dessa criança será mais rápido do que as das crianças que não foram estimuladas.

Apesar do grande esforço dos pais, essas famílias precisam de uma orientação, uma ajuda para ensinar esse filho. A interferência de profissionais capacitados auxilia a família na maneira de como educar seu filho com Síndrome de Down.

Essa ajuda é de extrema importância aos pais, logo nos primeiros anos de vida dessa criança, pois se por acaso os pais não souberem como trabalhar com essa criança ela crescerá com certo preconceito sobre si mesmo. A ajuda de pessoas aptas a passar informações aos familiares será de grande significância para o desenvolvimento de pessoas com Síndrome de Down, pois assim os pais conseguirão educar adequadamente seu filho para viver em sociedade (VOIVODIC, 2013).

Para a intervenção familiar, levam-se em consideração as características das crianças, sendo necessário fazer com que os pais respeitem as necessidades dos filhos revendo suas crenças e seus valores. Não se pode esquecer de alertar as famílias sobre algumas reações negativas na criação dos seus filhos com deficiência. O que deve ser feito é aumentar a rede de apoio aos pais, proporcionar melhores condições de relações familiares e criar ambientes adequados para evitar o estresse (VOIVODIC, 2013).

A família também precisa de um acompanhamento educacional especial para educar seu filho com necessidades especiais, não é simplesmente colocar pais e filhos juntos, pois se os pais não aceitam ou não entendem a necessidade do seu filho, o convívio será péssimo e essa criança não irá se desenvolver.

A família é o primeiro contado da criança, é com eles que ela terá influências, são os primeiros a se socializar com o bebê, são os responsáveis a proporcionar um bom desenvolvimento cognitivo, são responsáveis também pela educação da criança, são os pais que transmitem a cultura que ela viverá na sociedade familiar (TRANCREDI & REALI, 2001).

A criança bem estimulada tem um excelente desenvolvimento escolar. A

educação do aluno com Síndrome de Down ocorre através da união entre a família, a escola e a sociedade. É uma atividade que deve começar a partir do nascimento, com uma estimulação capaz de integrá-la progressivamente ao meio ambiente e a vida social.

Uma criança com Síndrome de Down necessita de cuidados especiais dos pais, ou seja, os pais se envolvem intensamente com a criança de modo que acaba privando a criança de se desenvolver naturalmente ou essa privação faz com que a criança não viva a verdadeira realidade, pois os pais estão sempre a protegendo de tudo (VOIVODIC, 2013).

A estimulação precoce e o acompanhamento dos pais são fundamentais para o processo de aprendizagem com Síndrome de Down. É na estimulação precoce que a pessoa com Síndrome de Down sentirá interesses em se tornar alguém melhor, sentirá a vontade de ir em busca de novos conhecimentos e se tornar uma pessoa capacitada para aprender.

#### **4 INCLUSÃO DE PESSOAS COM SÍNDROME DE DOWN NA REDE REGULAR DE ENSINO**

A inclusão escolar ocorre por etapas e de forma dinâmica, para que possa atender as necessidades dos educandos. A integração permite a construção de método de aprendizagem que possibilita a aprendizagem de leitura e escrita dos alunos. Assim o educador fornece e estimula os educandos a construir conhecimentos juntos, através da comunicação entre alunos x alunos e alunos x professor (LACERDA, 2007).

A educação especial é um processo de educação no qual é definido por uma indicação pedagógica, um processo que garante serviços e materiais (brinquedos, salas adequadas, tecnologia disponível para o educador) para trabalhar com pessoas com necessidades especiais. A escola inclusiva tem o papel de desenvolver as capacidades dos alunos que possuem dificuldades de aprendizagem, seja ela por deficiência visual, auditiva ou física e esse desenvolvimento é feito em todas as modalidades da educação básica (VOIVODIC, 2008).

Para que ocorra a inclusão de pessoas com Síndrome de Down, primeiramente devem-se quebrar as barreiras existentes atualmente. Esse preconceito ocorre porque as pessoas com Síndrome de Down fogem dos padrões de estética e de produtividade.

As barreiras encontradas que impedem de fato, que ocorra essa inclusão não só de pessoas com Síndrome de Down, mas sim de todos os indivíduos que tem necessidades especiais são: falta de meios de transportes; falta de acessibilidade seja com rampas, elevadores e até mesmo escadas rolantes; falta de sinalização informacional que direcione os alunos; pisos com irregularidades e derrapantes; não possui áreas para a movimentação livre seja para cadeiras de roda ou para quem usa muletas; as portas das escolas são muito apertadas e dificultam a entrada e saída dessas pessoas com deficiência física; banheiros sem adaptação, sem as barras de apoio; os móveis da escola são irregulares para atender as necessidades dos alunos especiais (CARVALHO, 2010).

As dificuldades encontradas especialmente para as pessoas com Síndrome de Down são relacionadas ao ensino aprendizagem, pois eles possuem dificuldades

de aprendizado, dificuldades na fala, na audição, na escrita e também na coordenação motora. Outra barreira para incluir essa pessoa com Síndrome de Down é o preconceito devido a sua aparência, pois a pessoa com Síndrome de Down foge dos padrões de beleza cobrados pela sociedade (SMITH e STRICK, 2001).

Todas essas barreiras dificultam ainda mais a inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais, pois algumas dessas barreiras impedem o aluno de exercer seu direito de ir e vir. Para que essas barreiras sejam removidas, é necessário pensar em todos os educandos, enquanto indivíduos capazes de aprender e que estão na fase de desenvolvimento, pois se eles irem até a escola e passar por situações que não os agrada, isso fará com que os alunos com necessidades especiais desanime nesse ensino-aprendizagem (CARVALHO, 2010).

Nota-se que devido a lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989 vigente a inclusão vem quebrando paradigmas. Ao se falar da inclusão de pessoas com Síndrome de Down na rede regular de ensino, não existe apenas um protagonista, mas todos os envolvidos na escola são responsáveis pela inclusão desse aluno.

O professor deve estar capacitado para receber estes alunos em sua sala de aula regular por meio das formações continuadas, pois uma inclusão com igualdade acontece com a participação de toda a comunidade escolar e da família. Todos os profissionais da educação devem estar orientados sobre como desenvolver trabalhos com as pessoas com Síndrome de Down que necessitam de uma atenção maior no processo de inclusão.

A formação continuada é um aperfeiçoamento oferecido para todos os profissionais da escola, com a finalidade de qualificar cada vez mais esses profissionais, devido as mudanças nos sistemas educacionais, os avanços da tecnologia. Essa formação deve ser vista como uma ação estável nesse aperfeiçoamento dos profissionais (FERREIRA, 2006).

Quando o Estado oferece cursos de preparação inclusiva, muitos profissionais alegam não ter tempo de participar ou que não precisam, pois já sabem como trabalhar com pessoas com Síndrome de Down. Para que essa inclusão realmente ocorra é necessário que todos os profissionais da escola estejam envolvidos no processo de formação continuada. A Declaração de Salamanca

(1994) diz que o fator chave para o sucesso de escolas inclusivas é que todos os educadores tenham uma preparação apropriada.

Segundo Alves (2009) o importante não é só a capacitação do professor, mas de todo quadro de funcionários da escola, pois o aluno não permanecerá dentro de sala o tempo todo. Não se pode cobrar uma educação inclusiva de qualidade quando não tem subsídios para a adaptação dos alunos com deficiência, esta preparação com todos os profissionais serve para melhorar o progresso de inclusão nessa escola, se tornando assim uma escola inclusiva com qualidade.

Para envolver todos os profissionais da educação nas formações continuadas, é necessário que o Estado estimule eles cada vez mais a buscarem novos conhecimentos, mostrar a eles que todo conhecimento é benéfico e que a cada novo aprendizado profissional seu currículo será mais amplo e mais reconhecido, e assim as oportunidades surgirão cada vez mais (CARVALHO, 2003).

Ao trabalhar com inclusão todos os profissionais da educação devem estar capacitados, pois se não estiverem aptos essa inclusão se reverterá em exclusão. Muitas vezes, os profissionais da educação simplesmente colocam os alunos especiais para conviver com o restante da turma que praticamente ficam sem o auxílio do professor, pois para o educador é ruim parar a aula e dedicar a sua atenção apenas para um determinado aluno. Para ele é mais fácil deixar o aluno de lado e desejar que ele aprenda sozinho fingindo que ele não existe naquele ambiente.

Os sistemas de ensino devem manter os recursos educacionais necessários à inclusão que são: materiais especiais para trabalhar com crianças especiais, espaço adaptado para receber esses alunos e professores capacitados para atender essas crianças. VOIVODIC (2008) revela que a inclusão se reflete em estratégias de desenvolvimento que devem promover uma igualdade de aprendizado para todos independentemente das necessidades de cada aluno.

Um dos maiores desafios encontrados pelos professores que desejam fazer a formação continuada para garantir a inclusão de qualidade é a falta de apoio do governo na questão pedagógica e também financeira seja para a escola ou na folha de pagamento dos professores, falta de tempo dos profissionais, e em alguns casos falta de cursos profissionalizantes nessa área de inclusão.

Esses cursos devem ser ofertados pelo Estado e os mesmos devem aperfeiçoar o preparo dos professores para desenvolverem práticas que sejam realmente de inclusão.

As discussões políticas públicas são para que promova recursos de todos os jeitos, permitindo que todos os direitos humanos sejam respeitados. São inúmeras as discussões tanto administrativas como financeiras para que as escolas recebam todas as crianças independentes das suas necessidades especiais, pois quando as escolas são procuradas, se espera que sejam tratadas com igualdade e com respeito (CARVALHO, 2004).

Na educação inclusiva, o professor deve estar preparado para lidar com as diferenças, com a diversidade e com a singularidade das crianças, e não procurar um modelo de pensamento que seja igual para elas, pois cada criança tem sua especificidade própria. O ser humano está a cada momento construindo o seu conhecimento e não é um ser pronto e acabado (PIAGET, 1998).

A função do professor atuante em sala de aula é de realizar observações que lhe tragam algumas respostas de como ele deve trabalhar com o aluno especial e quais são as metodologias que ele poderá usar de modo que o aluno possa ter um proveito tanto na visão educativa, quanto na visão cultural (PRADO & FREIRE, 2001).

Quando se capacita o professor ele será capaz de observar o grau de dificuldade do aluno especial e saberá como trabalhar com ele e conduzir a inclusão não só do aluno especial, mas também dos demais alunos da turma.

A escola não está sozinha no processo de inclusão e necessita da parceria com a família que possui um papel de grande importância para uma criança com deficiência, pois é com os pais, tios, primos e irmãos que essa criança terá sua primeira inclusão na sociedade. É no meio dos familiares que ela obterá as primeiras experiências, sendo assim é no âmbito familiar que se pode dizer que é o pilar do seu desenvolvimento humano (VOIVODIC, 2013).

Ao incluir pessoas com deficiências, deve-se considerar qual o seu grau de dificuldade para que possa ser realizado um trabalho correto em sala de aula, a partir da avaliação feita por professores e psicólogos. Trabalho correto, quer dizer, trabalhar da maneira certa com o aluno especial para que ele possa realmente se

sentir incluso no ambiente escolar, fazer com que os demais alunos reconheçam que possui um colega especial na classe e que todos mantenham o respeito e que auxiliem o aluno especial em suas atividades (VOIVODIC, 2013).

Os pais possuem muitas dúvidas em relação sobre qual escola matricular o seu filho com deficiência. As escolas especiais possuem profissionais especializados para trabalharem com casos muito delicados. No caso da criança com Síndrome de Down aconselha-se que os pais procurem as escolas de ensino regular, pois a capacidade e potencialidades dessas crianças com Down devem ser trabalhadas de forma igualitária com as demais crianças (VARELLA, 2013).

A inclusão deve ocorrer sempre levando em consideração os diálogos entre o educador, educando, família e as autoridades competentes responsáveis pela legislação vigente. Assim que os profissionais da educação se qualificarem cada vez mais e melhor, o resultado proposto pela escola inclusiva acontecerá gradativamente alcançando seu objetivo que é de garantir uma educação de qualidades para todos.

As pessoas com Síndrome de Down são capazes de desenvolver muito bem seu aprendizado, de maneira que possam se tornar grandes pessoas capacitadas para o mercado de trabalho. O ensino cabe à escola e a educação vêm dos pais, assim pais e escolas trabalhando juntos transformam a vida dessas pessoas com Síndrome de Down, e este passará a ser independente e assim levará uma vida normal perante toda a sociedade.

## 5 METODOLOGIA

Nessa pesquisa a intenção era frisar a inclusão de pessoas com Síndrome de Down, porém não houve dados concretos dessa inclusão. Ao longo do trabalho foi mostrado como uma pessoa com Síndrome de Down pode ser incluso nas escolas, como é seu comportamento, qual a importância da estimulação precoce na vida social dessa pessoa.

Devido a dificuldade para encontrar dados específicos de pessoas com Síndrome de Down, as pesquisas realizadas foram no site do MEC (Ministério da Educação), SEDUC (Secretaria Executiva de Estado de Educação), INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e artigos científicos, porém não foram encontrados dados específicos de apenas pessoas com Síndrome de Down. Devido a dificuldade de encontrar esses dados, optou-se por fazer uma análise quantitativa de pessoas com deficiência intelectual/mental no Brasil, estado de Mato Grosso e na cidade de Juína-MT.

A pesquisa é de caráter quantitativo, através de fontes secundárias no qual, traz dados numéricos de pessoas com deficiência intelectual/mental, também conhecido como método *survey*. Este método segundo Lima (2008, p.27) “corresponde a levantamento de caráter amostral em que o pesquisador necessita coletar dados que quando registrados, selecionados e processados permitam a realização de exercícios de descrição, interpretação e análise”. Após o recolhimento dos dados, foi montada três tabelas para mostrar os números retirados do site do IBGE.

## 6 DADOS PARA ANÁLISE DO IBGE: CENSO DEMOGRÁFICO 2010 E CENSO ESCOLAR 2010

O IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), é o instituto responsável por passar dados sobre o país, é nele que podemos saber o número de população do Brasil, dos estados e das cidades, é também a partir dos dados coletados que se pode ter acesso aos números de pessoas com deficiência, pode ser ela, visual, auditiva, motora e intelectual/mental.

Nas tabelas expostas abaixo estão alguns números coletados diretamente do site do IBGE, para que seja feita uma breve análise dos números do Brasil, do estado de Mato Grosso e da cidade de Juína. Desses dados coletados do IBGE, não foi possível encontrar o número de pessoas com deficiência intelectual/mental que estão frequentando a escola.

Sendo assim, os números são apenas do total da população, homens e mulheres e a quantidade de pessoas com deficiência intelectual/mental.

<b>População</b>	<b>Local/Moradia</b>	<b>Número absolutos</b>	<b>%</b>
Homens	Urbana/Rural	100.955.522	<b>49,4</b>
Mulheres	Urbana/Rural	103.495.127	<b>50,6</b>
População com deficiência intelectual/mental	Urbana/Rural	2.617.025	<b>1,3</b>
População Total	Urbana/Rural	204.450.649	<b>100,0</b>

Tabela 1 - Distribuição da população, incluindo as pessoas com deficiência intelectual segundo a região e o gênero, Brasil (2010).

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2010.

Na da tabela 1, percebe-se que a população total do Brasil é de pouco menos de 205.000.000 habitantes e dessa população 2.617.025 pessoas possuem deficiência intelectual/mental. Em porcentagem nota-se que a quantidade de habitantes do sexo feminino é maior do que os habitantes do sexo masculino no Brasil.

Através dos dados do IBGE: Censo Demográfico 2010 não foi possível obter o número de pessoas separadas por sexo e por local de moradia que possuem deficiência intelectual/mental no Brasil.

<b>População</b>	<b>Local/Moradia</b>	<b>Número de pessoas</b>
População com deficiência intelectual/mental	Estado de Mato Grosso	33.367 pessoas
População com deficiência intelectual/mental do sexo masculino	Urbana	15.006 pessoas
População com deficiência intelectual/mental do sexo masculino	Rural	3.232 pessoas
População com deficiência intelectual/mental do sexo feminino	Urbana	12.878 pessoas
População com deficiência intelectual/mental do sexo feminino	Rural	2.251 pessoas
População total do estado	Urbana/Rural	3.035.122 pessoas

Tabela 2 - Distribuição da população, incluindo as pessoas com deficiência intelectual segundo a região e o gênero, Mato Grosso (2010)

Fonte: IBGE, Censo demográfico 2010.

Pode-se notar na tabela 2 que o número de pessoas com deficiência intelectual/mental no estado de Mato Grosso é de pouco menos de 33.400 habitantes. Aparentemente notamos que a população urbana de pessoas com deficiência é maior do que a população rural com deficiência intelectual/mental. Já a população rural aparentemente apresenta-se menor, pois não são todas as famílias rurais que aceitam responder as questões levantadas pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas), desses dados podemos perceber que a população do

sexo masculino com deficiência intelectual/mental é maior que a população feminina de pessoas com deficiência (IBGE, 2010).

<b>População</b>	<b>Local/Moradia</b>	<b>Número de pessoas</b>
População com deficiência intelectual/mental.	Cidade de Juína	313 pessoas
População com deficiência intelectual/mental do sexo masculino	Urbana	134 pessoas
População com deficiência intelectual/mental do sexo masculino	Rural	41 pessoas
População com deficiência intelectual/mental do sexo feminino	Urbana	127 pessoas
População com deficiência intelectual/mental do sexo feminino	Rural	11 pessoas
População total da cidade.	Urbana/Rural	39.255 pessoas

Tabela 3 - Distribuição da população, incluindo as pessoas com deficiência intelectual segundo a região e o gênero, Juína- MT (2010)

Fonte: IBGE. Censo demográfico 2010.

Vemos na tabela 3, podemos notar que a população residente na cidade de Juína é de pouco menos de 40 mil habitantes e dessa população 313 pessoas possuem deficiência intelectual/mental. Separadas por local de moradia, observa-se que a população com deficiência da zona urbana é maior que a população da zona rural e o sexo masculino predominam a população com deficiência intelectual/mental.

Analisando os números, as pessoas com deficiência na cidade é bem

pequena, porém temos que levar em conta que nem todas as famílias participam das pesquisas feitas pelo IBGE e assim fica de certa forma mais complicado para se obter o número exato de pessoas com deficiência (IBGE, 2010).

De modo geral, segundo os dados do Censo Escolar 2007 – 2013 o número de matrículas de alunos especiais nas escolas tem aumentado de forma significativa nas escolas públicas, já nas escolas privadas o número de matrículas diminuiu. A imagem a seguir mostra esses números.

Rede	Ano	Matrículas de Educação Especial		
		Total	Classes Especiais e Escolas Exclusivas	Classes Comuns (Alunos Incluídos)
Privada	2007	244.325	224.112	20.213
	2008	228.612	205.475	23.137
	2009	184.791	163.556	21.235
	2010	169.983	142.887	27.096
	2011	163.409	130.798	32.611
	2012	178.589	141.431	37.158
	2013	178.876	139.794	39.082
<b>Δ% 2012/2013</b>		<b>0,2</b>	<b>-1,2</b>	<b>5,2</b>
Pública	2007	410.281	124.358	285.923
	2008	467.087	114.449	352.638
	2009	454.927	89.131	365.796
	2010	532.620	75.384	457.236
	2011	588.896	63.084	525.812
	2012	641.844	58.225	583.619
	2013	664.466	54.627	609.839
<b>Δ% 2012/2013</b>		<b>3,5</b>	<b>-6,2</b>	<b>4,5</b>

Fonte: MEC/Inep/Deed.

Nota: 1) Não inclui matrículas em turmas de atendimento complementar e atendimento educacional especializado (AEE).

Figura 1 - Número de Matrículas na Educação Especial por Rede de Ensino – Brasil – 2007-2013

Fonte: MEC. Censo Escolar 2010.

A figura 1 mostra os números de matrículas em escolas privadas e escolas públicas de 2007 – 2013. Nesse quadro podemos notar que nas escolas privadas o número de matrículas diminuiu ao decorrer dos anos citados, e já nas escolas públicas o número aumentou.

Nas classes especiais e escolas exclusivas o número de matrículas diminuiu e já nas classes comuns o número aumentou isso ocorreu nas escolas privadas. Nas escolas públicas nas classes especiais e escolas exclusivas o número de matrículas também apresenta diminuição, porém nas classes comuns o número de matrículas apresenta um aumento significativo.

As classes especiais é uma sala de Ensino Regular, com espaço físico adequado, obtendo um professor especializado na área de deficiência intelectual/mental que atenda as pessoas que estão nessas classes. E as escolas exclusivas segundo são as escolas que atendem apenas as crianças com deficiências, nessas escolas não existe salas de ensino regular são apenas salas e profissionais especializados para atender os alunos com necessidades especiais de aprendizado, seja para deficiência intelectual/mental, pessoas com deficiência motora e físicas (MAZZOTTA, 1993).

## 7 CONCLUSÃO

A Educação Especial e Inclusiva passou por diversos marcos históricos até chegar à fase da inclusão de pessoas com necessidades especiais físicas. Isso inclui no processo de inclusão escolar de indivíduos com Síndrome de Down.

A pesquisa realizada possibilitou notar que é importante respeitar as diferenças particulares de cada indivíduo, observar e conhecer quais são as dificuldades de aprendizagem independentemente de suas deficiências. Mostrou qual a importância da educação inclusiva é através dela que os preconceitos com pessoas com deficiência será diminuída cada vez mais.

No âmbito escolar, o professor e todos os profissionais devem observar as dificuldades encontradas dentro e fora da sala de aula, e a partir disto fazer adaptações que atendam às necessidades dos alunos que possuem alguma deficiência de aprendizado e motora. A escola conta com a ajuda dos pais para que os alunos com Síndrome de Down e com outras deficiências busquem conhecimento nas instituições de ensino, pois eles têm um potencial de aprendizado muito grande e basta ensiná-los e estimulá-los desde cedo para que se tornem um ser atuante na sociedade.

Muitas escolas públicas e privadas estão abertas para receber os alunos com deficiências, porém eles não se desenvolvem sozinhos e necessitam de alguém especializado para acompanhá-lo tanto dentro como fora da sala de aula. Esse acompanhamento é através de fonoaudiólogos e psicólogos, dos próprios professores e dos pais.

Após a análise feita dos dados coletados do IBGE e Censo Escolar, notou-se que no Brasil, no estado de Mato Grosso e na cidade de Juína há um número elevado de pessoas com deficiência intelectual/mental residente em zona rural e urbana. Diante disto, na figura em que mostra as matrículas de pessoas com deficiência nas escolas privadas e públicas notou-se que o número de procura pelas instituições de ensino aumentou, mostrando assim que as famílias estão apoiando cada vez mais a inclusão dos seus filhos com deficiência.

Exposto isso, a análise dos dados coletados me mostrou que as escolas públicas estão cada vez mais abertas para receber alunos especiais e essa procura

por inclusão escolar está cada vez maior. As escolas particulares também estão abertas para receber pessoas com deficiências, porém como o estado oferece vagas em escolas públicas, as famílias optam por colocar seus filhos nessas escolas.

Sendo assim considerando os dados coletados os objetivos propostos nesta pesquisa foram alcançados. Espera-se com esta pesquisa contribuir com a temática abordada uma vez que o trabalho sobre inclusão não poderá ser finalizado enquanto houver necessidade de melhorias no sistema educacional e necessidade de uma formação docente que contemple os requisitos necessários para que este processo se efetive.

O trabalho realizado me proporcionou maior conhecimento sobre a Síndrome de Down, como as pessoas com a síndrome se comportam dentro e fora da escola, na sociedade, mostrou também quais as suas capacidades de aprendizado e de afeto pessoal.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, G. C. de; MANCINI, M. C.; MELO, A. P. P. de; DRUMMOND, A. de F.. Barreiras e Facilitadores no processo de inclusão de crianças com paralisia cerebral em escolas de ensino regular. **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar**. v.19, n.2. São Carlos: UFSCar, 2011. Disponível em: <<http://www.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br/index.php/cadernos/article/view/File/462/327>> Acesso em: 18 abr. 2016.

ALVES, F. **Inclusão**: muitos olhares, vários caminhos e um grande desafio. Rio de Janeiro, WAK EDITORA, 2009.

BRASIL. **Constituição Federal 1988**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. **Declaração de Salamanca, 1994**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>> Acesso em: 04 abr. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução nº 2, de 11 de setembro de 2001**. Brasília, DF: Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, 2001. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>> Acesso em: 03 abr. 2016.

BUENO, José Geraldo Silveira. **Educação especial brasileira**, integração/segregação do aluno diferente. 2ª edição. São Paulo: educ, 2004.

CARVALHO, Anna Maria Pessoa de. **Formação continuada de professores**: uma releitura das áreas de conteúdo. São Paulo, Pioneira Thomson Learning, 2003.

CARVALHO, Rosita Édler. **Educação Inclusiva**: Com os Pingos nos "is". Porto Alegre: Mediação, 2004.

\_\_\_\_\_, Rosita Edler. **Removendo barreiras para a aprendizagem**: educação inclusiva. Porto Alegre: Mediação, 2010.

**CENSO ESCOLAR 2010**. Disponível em: <[http://download.inep.gov.br/educacao\\_basica/censo\\_escolar/resumos\\_tecnicos/divulgacao\\_censo2010\\_revisao\\_04022011.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/resumos_tecnicos/divulgacao_censo2010_revisao_04022011.pdf)> Acesso em: 13 set. 2016.

FERREIRA, Naura Syria Carapeto. **Formação continuada e gestão da educação**. 2ª. Ed. São Paulo: Cortez, 2006.

FONTINELLI, Solange, *et al*, **Síndrome de Down**: como romper os desafios impostos pela inclusão. Pitanga, Volume I. 2010. Disponível em: <[www.ucpparana.edu.br](http://www.ucpparana.edu.br)> Acesso em: 21 abr. 2016.

GARCIA, Carlos Marcelo. **Formação de professores para uma mudança educativa**. Porto: Porto Editora 1999.

GOMES, Morgana. Montessori. In: **Coleção Educativa**. Especial Educadores. Ano I-nº9. São Paulo: Minuano, 2006.

IBGE. **Censo demográfico 2010**. Disponível em < <http://www.ibge.gov.br/home/>> Acesso em 18 ago. 2016.

LACERDA, C. B. F. O que dizem/sentem alunos participantes de uma experiência de inclusão escolar com aluno surdo. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 13, n. 2, p. 257-280, maio/ago 2007. Disponível: <<http://www.scielo.br/revistas/rbee/psubscrp.htm>> Acesso em 16 abr. 2016.

LIMA, Manolita Correia. **Monografia**: a engenharia da produção acadêmica. 2ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

MARCHESI, Álvaro. A Prática das escolas inclusivas. In: **Desenvolvimento Psicológico e Educação**: Transtornos de desenvolvimento e necessidades educativas especiais. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MATTOS, BM; BELLANI, CD. **A importância da estimulação precoce em bebês portadores de Síndrome de Down**. Revisão de Literatura. Revista Brasileira de Terapia e Saúde. Curitiba, vol. 1, n. 1, p.53-63, jul./dez., 2010.

MAZZOTTA, Marcos J.S. **Educação especial no Brasil**: História e Políticas Públicas. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

\_\_\_\_\_, Marcos J.S. **Trabalho docente e formação do professor de educação especial**. Ed. Pedagógica Universitária. São Paulo: 1993.

MENDES, E. G. **Deficiência mental**: a construção científica de um conceito e a

realidade educacional. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. São Paulo, 1995.

MINISTÉRIO da Educação e Cultura; Secretaria de Educação Especial. MEC/UNESCO. **Diretrizes educacionais sobre Estimulação Precoce**. Série Diretrizes, 1995. PERÉZ-RAMOS, A. M. Escalas de desenvolvimento infantil e suas aplicações no Brasil.

MITTLER, Peter. **Educação Inclusiva**: contextos sociais. Porto Alegre: Artmed, 2003.

MOTTA, Paulo A. **Genética Humana**: aplicada a Psicologia e Toda a Área Biomedica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.

PESSOTI, Isaías. **Deficiência Mental**: da superstição à ciência. São Paulo. T.A Queiroz: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1984.

PESSOTTI, Isaías. **Deficiencia Mental**: da superstição à ciencia. São Paulo: T. A. Queiroz: Ed, da Universidade de São Paulo, 1984.

PIAGET, Jean. **Sobre a pedagogia**. Casa do Psicólogo: Livraria e Editora Ltda, 1998.

PRADO, M. E. B. B.; FREIRE, F. M. P. A formação em serviço visando a reconstrução da prática educacional. In: FREIRE, F. M. P.; VALENTE, A (Orgs) **Aprendendo para a Vida**: os Computadores na Sala de Aula. São Paulo: Cortez, 2001.

RAGAZZI, Ivana Aparecida Grizzo. **Inclusão Social**: a importância do trabalho da pessoa portadora de deficiência. São Paulo: LTr, 2010.

SMITH, Corine; STRICK, Lisa. **Dificuldades de Aprendizagem de A a Z**: um guia completo para pais e educadores. Trad. Dayse Batista. Porto Alegre: ArtMed, 2001.

TRANCREDI, R. M. S. P., REALI, A. M. M. R. **Visões de professores sobre as famílias de seus alunos**: um estudo na área da educação infantil. Trabalho apresentado na 24ª Reunião da Anped, Caxambu. Minas Gerais, 2001.

VARELLA, Dráuzio. **Síndrome de Down**. São Paulo. 2013. Disponível em:

<<http://drauziovarella.com.br/envelhecimento/sindrome-de-down-2/>> Acesso em: 14 abr. 2016.

VARGARA, Sylvia Constant. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. São Paulo: Atlas, 2005.

VOIVODIC, M. A. **Inclusão escolar de crianças com Síndrome de Down**. 5° ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

VOIVODIC, Maria Antonieta M.A. **Inclusão escolar de crianças com Síndrome de Down**. 7 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.